

Sucessão no DF será definida por emenda

JULIO ALCANTARA

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e também o relator Bernardo Cabral reconhecem que foi um "erro de omissão" a não aprovação pelo plenário da Constituinte de qualquer critério para a escolha do futuro Governador do Distrito Federal, após a posse do próximo Presidente da República, impedido pela própria Constituinte de nomear outro governador para Brasília.

A informação foi passada pelo presidente do PMDB-DF, Joselito Correa, depois de encontros mantidos na manhã de ontem com Ulysses e Cabral. Orientado pelo próprio presidente da Constituinte, ele procurou o relator, que indicou-lhe uma saída para o impasse, com base no artigo 13 do Regimento Interno, que facultava a cada constituinte a apresentação de no máximo quatro emendas supressivas ou que visem à "correção de omissões".

De acordo com esse entendimento, o presidente regional do PMDB está preparando emenda que deverá ser apresentada ao segundo turno da Constituinte através do senador Meira Filho (PMDB-DF). Sua proposta é a de que essa indicação do próximo governador de Brasília seja feita pela Presidência da República, via Congresso Nacional, ou através de um plebiscito. "Sou mais por essa última opção", disse ele, reconhecendo, entretanto, que o Congresso também poderá aprovar o nome de um político que "tenha compromissos reais com Brasília".

Joselito informou que em seu encontro com Ulysses Guimarães falou também de sua preocupação com um possível "descabamento" do PMDB para a direita, após a Convenção Nacional do partido, e reclamou ainda das ações "repressivas" e "anti-sociais" tomadas pelo governador José Aparecido.

Joselito conseguiu do presidente nacional do PMDB o compromisso de participar da solenidade de encerramento de um seminário regional que o PMDB-DF vai promover de 11 a 13 deste mês, denominado "Novos Desafios — Fala as Bases". Para preparar esse seminário, ele diz que possivelmente a partir do próximo sábado sejam iniciados seminários em cada cidade-atélite.



Laurenço foi ao gabinete de Jobim para abrir uma nova fase de negociações

Aberta temporada de acordos

As principais lideranças partidárias que estiveram ontem no Congresso admitiram que é muito difícil qualquer alteração no texto constitucional durante o segundo turno de votação, e que mudanças importantes só ocorrerão se houver um acordo. Depois de um encontro com o líder do PFL, deputado José Laurenço (BA), o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim (RS), lembrou que nem o PFL nem o PMDB reúnem 280 votos — quorum para a supressão de dispositivos —, e observou que para onde estes dois partidos penderem, sairá a tese vitoriosa.

Laurenço foi ao gabinete da liderança do PMDB para uma conversa qualificada por Jobim de "abertura para o diálogo, uma condição para um acordo, uma linha de comunicação", em torno do segundo turno. Segundo Jobim, não foi possível conversar sobre os temas constitucionais, porque até à próxima segunda-feira os partidos isoladamente, produzirão suas emendas supressivas, e a discussão entre eles se dará "no fluir da votação". O líder peemedebista acrescentou que o processo do PMDB é amplo, que as propostas serão feitas através de consultas às lideranças na Câmara e no Senado — que conduzirão o trabalho de elaboração da legislação ordinária, ao presidente do partido e a membros da Executiva:

— Precisamos encontrar uma forma de produzir a

vontade do partido permeando isso com um amplo consenso interno — defendeu Jobim.

O líder do PMDB o informou que distribuirá o texto do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) aos coordenadores dos títulos do projeto, para exame das emendas. Jobim fará um levantamento de como a bancada votou no primeiro turno, para mostrar que o partido "terá uma linha de consistência", e esclarecer eventuais modificações da tendência no segundo turno.

O deputado admitiu que pode surgir, nesta nova fase da Constituinte, o entendimento de que alguns temas devam ser tratados na lei ordinária, e não na Constituição, para uma maior discussão. Ele acha que alguns pontos foram incluídos pelo temor de seus autores de abordá-los em uma lei, que prevê a apreciação na Câmara e no Senado, e a possibilidade de veto presidencial. Em termos globais, Jobim considera que as mudanças no texto de Cabral serão feitas "na periferia", até porque o quorum oscilará entre 340 e 400 constituintes, na sua previsão. Segundo ele, o PMDB terá uma conduta progressista, e a liderança não adotará "uma mudança radical de postura".

O líder do PMDB disse também que a esquerda produzirá emendas supressivas para uma negociação, e que o diálogo é necessário porque a Constituinte entra em sua etapa

final, sendo importante "minimizar em termos absolutos a possibilidade de erro".

Na mesma linha, o líder do PFL afirmou que a conversa com Jobim visa ao aperfeiçoamento do texto, o que será feito "com um entendimento amplo, porque ninguém tem malícia".

FALTA DE APOIO

Já o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), sustentou que o partido deve assumir uma posição em defesa do texto, sem prejuízo de correções (como na questão dos mandatos dos atuais prefeitos, que encerram-se em 31 de dezembro, e da posse dos futuros chefes do executivo municipal, prevista para 31 de janeiro).

Segundo Ibsen, a tendência majoritária da bancada é a de preservar os avanços sociais e institucionais. Indagado sobre a posição do Centrão, que quer suprimir muitos destes avanços, declarou que "o Centrão não é o PMDB, seu comando não está nas mãos do PMDB". O líder na Constituinte acrescentou que alguns pontos do texto devem ser suprimidos, por falta de apoio da opinião pública, como o tabelamento dos juros, o voto aos dezesseis anos e a licença-paternidade. A proibição da reeleição dos membros das Mesas da Câmara e do Senado deverá ser mantida, de acordo com Ibsen, que tem notado "muita resistência" à proposta.

Carta prejudica os credores de liquidações

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, considera absurdo o trecho do capítulo das Disposições Transitórias que trata da correção monetária dos débitos de instituições financeiras sob liquidação extrajudicial. O artigo, segundo Saulo Ramos, delinquindo de fora os poupadores privados e as empresas vinculadas à Superintendência de Seguros Privados, traz um verdadeiro retrocesso, pois, a partir da vigência da nova Constituição estarão revogados todos os decretos-leis, decretos e pareceres da consultoria da República, especialmente um de autoria do ministro Paulo Brossard, que fizeram incidir correção monetária nos débitos.

O artigo criticado pelo consultor estabelece que apenas o Banco Central e o Banco Nacional da Habitação (já extinto), terão seus créditos corrigidos, e assim mesmo, só a partir da data da liquidação.

A medida, segundo fonte do Banco Central, beneficia enormemente os controladores das empresas sob liquidação. Só num acordo que está em andamento no BC, o dono da Delfin, Ronald Levinsohn, aceitou pagar correção monetária integral e plena a todos os credores, indistintamente, desde a data da intervenção, que ocorre, geralmente um ano antes da liquidação e ofereceu-se também, a liquidar com correção monetária, todos os credores da capitalização e a desistir de todas as ações judiciais que penalizaram o Banco Central e a Caixa Econômica Federal a pagar aos acionistas bilionárias indenizações, geradas por ilegalidades na intervenção determinada pelo BNH.

A suspensão da liquidação da Delfin já estava aprovada pela diretoria do BC, quando surgiu um ofício do presidente da Comissão de Fiscalização da Câmara, deputado Fernando Gasparian, que proibiu o presidente Elmo Camões de determinar o pagamento dos credores, que só poderia ocorrer após o exame do assunto pela comissão que preside. Simultaneamente, auditores do Tribunal de Contas, requisitaram os processos da Delfin e praticamente, se limitaram em atos de gestão

privativos da diretoria do Banco Central.

Está ocorrendo uma invasão na área de competência exclusiva do Banco Central, por políticos que tentam manipular interesses através de investidas, declarou uma fonte do BC, que diz que os assuntos técnicos de política monetária e de liquidações extrajudiciais a cargo do Banco não podem ficar ao sabor do jogo político.

Há mais de dois meses os documentos que liberam os bens dos ex-administradores do Banerj estão na mesa do presidente Elmo Camões para assinar e nada acontece. Pessoas como os ex-ministros Mário Simonsen, Octávio Guizê de Bulhões, José Luiz de Magalhães Pinto e outros estão aguardando.

O Banco Central será advertido para resolver todos os casos em andamento de suspensão de liquidações de instituições financeiras, antes da promulgação da nova Constituição, que beneficia os donos das financeiras falidas em prejuízo dos investidores, para o que, terá de contar com a boa vontade dos ex-controladores, que poderão querer esperar a nova Carta, e usufruir dos benefícios da não aplicação de correção monetária.

Paira uma suspeita de que houve uma ação do "lobby" dos liquidados, pois só isso poderá justificar a anistia parcial de correção monetária sobre os débitos das instituições financeiras, dada pela Assembleia Constituinte aos acionistas, que agora se tornarão miliardários.

Portadores de títulos de capitalização lançaram um apelo pelos jornais ao deputado Ulysses Guimarães, no exercício da Presidência da República, para que interfira junto ao deputado Fernando Gasparian, que poderia estar sendo usado pelos espertos liquidados, que tentam ganhar tempo, no sentido de que o presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, libere a diretoria do Banco Central, dando sua autorização para que seja iniciado o pagamento dos credores, com correção monetária plena e integral conforme consta no processo cujo andamento foi suspenso pelo ofício que encaminhou ao BC.